

Contribuições da Psicologia Rogeriana para a Psicologia Comunitária

Contributions of Roger's Psychology to Community Psychology

Fábio Pinheiro Pacheco

Mestrado em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará
Graduado em Psicologia pela Universidade Estadual do Ceará
E-mail: pfabiopinheiro@gmail.com

Camila Moreira Maia

Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará
Graduação em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará
E-mail: camila.moreira@uece.br

Zulmira Áurea Cruz Bomfim

Doutora em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Professora da Universidade Federal do Ceará
E-mail: zulaurea@uol.com

Endereço: Fábio Pinheiro Pacheco

Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades II, Departamento de Psicologia - Av. da Universidade, 2762, Benfica CEP: 60020-180 – Fortaleza/CE – Brasil

Endereço: Camila Moreira Maia

Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades II, Departamento de Psicologia - Av. da Universidade, 2762, Benfica CEP: 60020-180 – Fortaleza/CE – Brasil

Endereço: Zulmira Áurea Cruz Bomfim

Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades II, Departamento de Psicologia - Av. da Universidade, 2762, Benfica CEP: 60020-180 – Fortaleza/CE – Brasil

Editor Científico: Tonny Kerley de Alencar Rodrigues

Artigo recebido em 09/06/2017. Última versão recebida em 23/07/2017. Aprovado em 24/07/2017.

Avaliado pelo sistema Triple Review: a) Desk Review pelo Editor-Chefe; e b) Double Blind Review (avaliação cega por dois avaliadores da área).

Revisão: Gramatical, Normativa e de Formatação

RESUMO

A Teoria Rogeriana está presente como marco teórico-metodológico da Psicologia Comunitária desenvolvida no Ceará desde as primeiras atividades realizadas por esta em comunidades pobres. A teoria desenvolvida por Carl Rogers leva para a Psicologia Comunitária uma concepção positiva de homem que possibilita pensar atividades voltadas para o desenvolvimento individual e coletivo de sujeitos comunitários, compreendendo-os estes como seres potencialmente capazes de transformarem a si mesmos e a comunidade em que moram em uma direção mais autônoma, ativa e implicada com a realidade social. Diante disso, este trabalho consiste em um estudo bibliográfico que tem por objetivo apresentar as contribuições da Abordagem Centrada na Pessoa para a Psicologia Comunitária, destacando os principais aspectos teóricos e práticos presentes nas atividades desenvolvidas.

Palavras-chave: Teoria Rogeriana. Psicologia Comunitária. Social. Teoria.

ABSTRACT

Rogers' Theory has been included as a theoretical and methodological framework of Community Psychology developed in Ceará since the first activities in poor communities in this State. The theory developed by Carl Rogers leads to Community Psychology a positive conception of man that makes it possible to create activities which aims at the individual and collective development of community subjects, understanding them as beings potentially capable of transforming themselves and the community in which they live in a way more autonomous, active and implied direction with social reality. Therefore, this work consists of a bibliographical study that aims to present the contributions of the Person Centered Approach to Community Psychology, highlighting the main theoretical and practical aspects present in the activities developed.

Key-Words: Rogers' Theory. Community Psychology. Social. Theory.

1 INTRODUÇÃO

A Psicologia Comunitária no Ceará surgiu de um movimento diferente do convencional, em que o desenvolvimento de seus marcos teórico-metodológicos decorreu da necessidade de teorizar as práticas de atividades psicossociais desenvolvidas por Cezar Wagner de Lima Góis, no bairro Nossa Senhora das Graças, Pirambu, em Fortaleza (GÓIS, 2005, 2008; XIMENES; GÓIS, 2011). Essa psicologia emergiu do social e do empírico, a partir das práxis desenvolvidas dentro da comunidade, requerendo, posteriormente, o aprimoramento das bases teóricas sobre as atividades realizadas.

Góis (2008) salienta que a construção dessa psicologia buscou respostas para os problemas sócio psicológicos referentes ao modo de vida dos moradores e das comunidades às quais eles estavam vinculados. Mais do que psicologizar os dramas vividos pela comunidade e seus moradores, buscava-se compreender e procurar meios para resolver os problemas sociais, econômicos, políticos e humanos presentes nessa realidade.

A discussão do processo de construção da Psicologia Comunitária tem como paradigma a complexidade (MORIN; CIURANA; MOTTA, 2003) e como ética a libertação (XIMENES; GÓIS, 2011). Para Morin, Ciurana e Motta (2003, p.38), “diferentemente de um pensamento simplificador que identifica a lógica ao pensamento, o pensamento complexo a governa evitando a fragmentação e a desarticulação dos conhecimentos adquiridos”. Os autores apontam, ainda, que a concepção de “complexidade diz respeito não apenas à ciência, mas também à sociedade, à ética e à política” (MORIN; CIURANA; MOTTA, 2003, p.52).

conforme Pinho *et al.* (2009), ao fundamentar-se no paradigma da complexidade, a Psicologia Comunitária se constrói como um conhecimento interdisciplinar, empenhado no resgate de uma postura ético-humanista na construção e aplicação do conhecimento, comprometido em uma inseparabilidade entre teoria e prática. Nesta perspectiva, a Psicologia Comunitária Cearense desenvolveu-se em torno de cinco principais marcos teóricos e metodológicos, a saber, Educação da Libertação (Paulo Freire); Biodança (Rolando Toro); Psicologia Histórico-Cultural (Vigotski, Leontiev e Luria); Psicologia da Libertação (Martín-Baró); e Teoria Rogeriana (Carl Rogers) (XIMENES; GÓIS, 2011).

A Teoria Rogeriana foi a primeira teoria psicológica que esteve presente entre os marcos teóricos e metodológicos da Psicologia Comunitária Cearense, desde os primeiros trabalhos realizados com grupos no Pirambu (XIMENES; GÓIS, 2011; GÓIS, 2003). Segundo os autores, a inclusão das concepções rogerianas se deveu ao fato de esta acreditar no potencial humano para o desenvolvimento e para a autonomia. Sob influências de

pressupostos básicos da Abordagem Centrada na Pessoa (ACP), Góis formulou conceitos e metodologias essenciais para a Psicologia Comunitária, como as noções de valor pessoal, poder pessoal, núcleo de vida e círculo de encontro (XIMENES; GÓIS, 2011; GÓIS, 2003), que serão aprofundadas no decorrer deste trabalho.

Para o desenvolvimento deste trabalho, foi realizada uma busca por dissertações de mestrado no site do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará¹, considerando o período de 2003 a 2015, selecionando as dissertações com referencial teórico embasado na Psicologia Comunitária Cearense (GÓIS, 2003; 2005; 2008; 2012). A escolha desta plataforma decorreu do fato de Cezar Wagner, precursor da Psicologia Comunitária no Ceará, ter sido vinculado ao Departamento de Psicologia, ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da referida universidade e ser o fundador do Núcleo de Psicologia Comunitária (NUCOM), onde são realizadas diversas pesquisas e projetos de extensão na área.

Ademais, uma consulta também foi realizada no site do NUCOM, pelo qual se obteve outros materiais, tais como artigos publicados em periódicos científicos, cartilhas, monografias, livros, etc. Todos os textos foram lidos e fichados para facilitar a compreensão e o processo de análise do material. O intuito deste levantamento foi de encontrar os estudos que falavam sobre as perspectivas rogerianas, para que estes fossem condensados no presente trabalho.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Teoria Rogeriana como marco Teórico-Methodológico da Psicologia Comunitária Cearense

Carl Rogers iniciou sua prática em Psicologia em 1927 (ROGERS, 1977). Desenvolveu atividades de psicodiagnóstico; realizou aconselhamento de pais e de outros adultos; foi psicoterapeuta de diversas pessoas com os mais variados problemas; pesquisou sobre a relação terapêutica e a mudança de personalidade; formulou uma teoria acerca da psicoterapia; estudou e desenvolveu métodos de aprendizagem para a educação; e teve vasta experiência com facilitação de grupos. A vida profissional de Rogers foi “ininterrupta, variada, controvertida e magnificamente reforçadora” (ROSENBERG, 1977, p.29), com

¹ O site do Programa de Pós-graduação em Psicologia da UFC disponibiliza as dissertações de mestrado desenvolvidas no programa. O Núcleo de Psicologia Comunitária (NUCOM) está vinculado à linha de pesquisa em processos psicossociais e vulnerabilidades sociais.

mudanças de direções no desenvolvimento de sua teoria, acompanhada por movimentos de confirmações, reformulações e novas hipóteses acerca do processo psicoterápico e do processo de tornar-se uma pessoa em pleno funcionamento (ROGERS, 1983).

Quando Rogers (1997) tentou compreender o fenômeno da ampla variedade e divulgação de seu trabalho, mais lhe pareceu que isso se devia ao fato de ter expressado, mesmo sem saber, uma hipótese fundamental em um momento propício. Segundo ele,

Cada pessoa tem dentro de si vastos recursos para a autoconhecimento, para modificar seu autoconceito, suas atitudes e seu comportamento autodirigido – e que para mobilizar estes recursos basta proporcionar um clima de atitudes psicológicas facilitadoras, passível de definição (ROGERS, 1977, p.31).

A partir dessa observação, Rogers fez inferências simples, testáveis, que possibilitaram descobertas sobre as pessoas e as relações interpessoais, apresentando uma ampla aplicabilidade em decorrência de estas estarem presentes em todos os empreendimentos humanos (ROGERS, 1977). Desde então, a Abordagem Centrada na Pessoa (ACP) foi adquirindo contornos mais claros a partir de sua própria experiência, passando por diversas nomenclaturas, como aconselhamento não-diretivo, terapia centrada no cliente, ensino centrado no aluno e liderança centrada no grupo (ROGERS, 1983). Em decorrência dos diversos campos de aplicação da abordagem, Rogers achou o rótulo de Abordagem Centrada na Pessoa² o mais adequado para representar as dimensões e os alcances de suas formulações.

Como citado anteriormente, a Teoria Rogeriana está presente nas concepções da Psicologia Comunitária Cearense desde os primeiros trabalhos realizados no Pirambu, Fortaleza, sendo a única teoria da Psicologia a embasar a práxis da psicologia comunitária na época (GÓIS, 2003). De acordo com Góis (2003, 2008) e Ximenes e Góis (2011), a apropriação da ACP como marco teórico e metodológico decorre do enfoque que essa abordagem dá às potencialidades inerentes ao indivíduo, por ressaltar a possibilidade de crescimento em detrimento das fragilidades.

Para Rogers, a crença na capacidade do ser humano de lidar consigo mesmo, de compreender a si mesmo e de resolver seus problemas de modo suficiente, desde que haja um clima relacional propício para isso, possibilita o desenvolvimento do indivíduo (ROGERS; KINGET, 1977). Esse clima é promovido por meio de três condições facilitadoras

² Na Psicologia Comunitária, há a preferência por se utilizar a nomenclatura de Teoria Rogeriana, em reconhecimento ao autor da abordagem. Acredita-se, também, que a nomenclatura Abordagem Centrada na Pessoa tem uma conotação individualizante, mesmo as concepções atuem de modo diferenciado, e a Psicologia Comunitária está voltada para o coletivo.

indispensáveis, a saber: aceitação incondicional, compreensão empática e congruência. A partir dessas condições, Rogers afirma que as pessoas tendem a desenvolver uma atitude de maior consideração em relação a si mesmas. Desse modo, concebe-se o homem como um ser ativo, responsável, capaz de autodeterminar-se e que tende a avançar num sentido positivo.

Nesta mesma direção, Góis (2008) aponta que, por trás do indivíduo fragilizado, existem questões geradoras e mantenedoras dessa situação de opressão e aniquilamento. No entanto, acredita que “a vida impulsiona o indivíduo a viver, a lutar, a descobrir seu valor e poder para construir uma vida melhor para si e para os demais” (GÓIS, 2008, p.97).

Rogers (1989) acredita que uma pessoa, confiar em seu próprio poder, não sentirá necessidade de ter poder sobre os demais, mas estará disposta a estimulá-los e a facilitar a força latente nas outras pessoas. A Psicologia Comunitária também acredita que “quando o oprimido passa a exercitar-se como pessoa, percebe que as suas mãos são construtoras de si mesmo e de sua realidade, começa a enfrentar a opressão com entusiasmo e se alegra com as suas próprias ações de solidariedade e luta” (GÓIS, 2003, p.51).

Ressalta que, no contexto comunitário, é necessária uma rede de ações sociais dentro do contexto do indivíduo para que essa crença se concretize. São necessárias ações sociopsicológicas que permitam a esse indivíduo entrar em contato com seu poder de transformação, e isso só é possível se, dentro de seu território, houver suporte de outros indivíduos e/ou instituições que também acreditem na tendência ao desenvolvimento.

Segundo Ximenes e Góis (2011), ao fundamentar-se na Teoria Rogeriana foca-se no trabalho em grupos, pois os pressupostos básicos da abordagem, para além da psicoterapia, são abrangentes para diversos contextos, nos quais seja possível o desenvolvimento de relações interpessoais. Mais tarde, os processos grupais trabalhados pela Psicologia Comunitária também englobaram aspectos clínicos da Teoria Rogeriana, que desembocaram na Terapia Pelo Encontro (GÓIS, 2012). Ressalta-se que, quando a Psicologia Comunitária se iniciou no Ceará, Rogers já estava tirando o foco de seu trabalho da psicoterapia, desenvolvendo a proposta de grupos de encontro; e estava, cada vez mais, estendendo sua abordagem para contextos mais amplos, preocupado com as questões sociais e culturais, como o próprio autor afirma no livro *Um jeito de ser* (ROGERS, 1983).

Cabe salientar que as concepções rogerianas receberam, e ainda recebem, críticas quanto à descontextualização e à falta de preocupação com as questões socioculturais atuais da sociedade. Vieira e Ximenes (2011), ao discorrerem sobre as possíveis contribuições da teoria de Rogers na Psicologia comunitária, apontam que “veremos referência positiva a Rogers apenas na produção de Góis” (VIEIRA; XIMENES, 2011, p.304), principalmente

devido às críticas nos anos 1980 sobre a teoria de Rogers, no contexto latino-americano, por teóricos da Psicologia Social, tais como Maritza Montero e Martín-Baró.

Quanto às críticas, Rosenberg (1977) afirma que a descontextualização das concepções de Rogers se deve ao fato do longo período que transcorreu entre a publicação de uma obra do autor e a tradução dala no Brasil, por exemplo; além das especificidades do contexto norte-americano, onde foi mais desenvolvida, que não pode ser transposto para demais países sem as devidas adequações. Rogers (1989) afirma que há quem chame a sua abordagem de um luxo apropriado para a classe média próspera, que não tem sentido para as maiorias populares oprimidas, no entanto ele enxergava de modo diferente. Conforme o autor, a simples crença na tendência atualizante como uma visão de que o homem é, em essência, um organismo digno de confiança e tende ao desenvolvimento, significa ter um posicionamento político contestador (ROGERS, 1989).

Livros como *A pessoa como centro*, *Sobre o poder pessoal* e *Um jeito de Ser* – nos quais Rogers aborda questões relacionadas à facilitação de grupos e comunidades, resoluções de conflitos interculturais, novas formas de ensino, etc., ampliando suas concepções para diversas áreas e fazendo novas relações com outras formas de conhecimento, como a química, a física e a biologia – são, muitas vezes, esquecidos ou mesmo não são conhecidos. No livro *Sobre o poder pessoal* (1989), por exemplo, Rogers destina um dos capítulos para abordar as convergências e divergências entre a ACP e a Pedagogia do Oprimido de Paulo Freire, cujas concepções também estão presentes entre os marcos teóricos e metodológicos da Psicologia Comunitária Cearense. Outros autores, como O'hara (1982; 1983) e Schmid (2013) também fizeram apontamentos sobre as relações entre a ACP e outros saberes voltados para as questões sociais. Ressalta-se, ainda, que a ACP não parou de se desenvolver com a morte de Rogers, mas segue se reformulando, ampliando seus horizontes e questionando sua práxis.

Góis (2008) afirma que as práticas comunitárias são mais que atividades externas com conteúdos sociais e subjetivos; são atividades da consciência que mudam a atividade e a própria consciência, transformando o sujeito e a realidade. Coerente com esse pensamento, Cavalcante Junior. (2008) aponta que Rogers acredita que a sociedade não pode se tornar livre, a menos que ela liberte, continuamente, os seus integrantes, para que atualizem os seus potenciais. Rogers defendeu uma abordagem que liberta a pessoa do controle social, demonstrando o seu respeito pelos indivíduos, e não os concebendo como finalidades em si mesmos. Destarte, pode-se compreender que as influências da teoria rogeriana possibilitaram formulações de conceitos e metodologias para a Psicologia Comunitária Cearense, sob uma perspectiva de libertação do potencial do morador da comunidade, fortalecendo sua tendência

ao desenvolvimento, à autonomia e à complexificação, sem deixar de lado as implicações sociais, culturais e políticas.

2.2 Os alicerces da Teoria Rogeriana e seus desdobramentos na Psicologia Comunitária

Segundo Rogers (1983), em cada pessoa há um fluxo subjacente que se movimenta em direção à realização construtiva da vida, bem como há uma tendência natural nas pessoas a um desenvolvimento completo e mais complexo, o qual foi denominada de *tendência atualizante*. Independentemente das situações em que os organismos estejam, seus comportamentos estarão direcionados à manutenção, ao crescimento e à reprodução do próprio organismo, sendo este compreendido como um sistema vivo em crescimento. Como afirma Rogers e Kinget (1977, p.41),

A tendência à atualização é a mais fundamental do organismo em sua totalidade. Preside o exercício de todas as funções, tanto físicas quanto experienciais. E visa constantemente desenvolver as potencialidades do indivíduo para assegurar sua conservação e seu enriquecimento, levando-se em conta as possibilidades e os limites do meio.

Este movimento em direção à realização construtiva está presente não apenas no homem, mas em todos os organismos vivos, podendo até ter seu curso desviado ou frustrado em certos momentos. No entanto, a tendência atualizante não pode ser destruída, a menos que se destrua também o organismo, pois “a vida não entregaria os pontos, mesmo que não pudesse florescer” (ROGERS, 1983, p.41). Sejam as condições que o circundam favoráveis ou não, esta tendência estará presente e buscará sempre guiar o organismo rumo à realização de seu verdadeiro potencial.

Tal crença torna-se fundamental para a práxis da Psicologia Comunitária Cearense por apresentar uma visão positiva do homem (XIMENES; GÓIS, 2011). Afastando-se da naturalização, tanto dos problemas da comunidade como dos sofrimentos das pessoas que ali vivem, o enfoque das intervenções/facilitações na comunidade é voltado para o desenvolvimento do potencial inerente de cada pessoa, acreditando que elas mesmas são capazes de transformar a realidade de opressão. Destaca-se, também, que potencialização da positividade do indivíduo e, conseqüentemente, sua libertação, somente são possíveis se a própria comunidade também passar por transformações. Desse modo, essa visão positiva de homem deve se estender para uma visão positiva da comunidade, com a qual se pensa a relação indivíduo-comunidade como o alvo de fortalecimento, por meio de estabelecimento

de redes de ações e de apoio que possibilitem a análise conjuntural dos problemas da comunidade e as suas possibilidades de transformação.

Rogers (1983) afirma que lidou com clientes que se desenvolveram em condições desfavoráveis (físicas e/ou psíquicas), ou que tiveram de enfrentar tais condições em um determinado momento, de modo que suas vidas chegaram a parecer deturpadas, distorcidas, e até mesmo pouco humanas. Em situações adversas, muitas vezes, o indivíduo acaba por encontrar uma forma de se desenvolver, que nem sempre contribui para a sua complexificação. Góis afirma que, em condições específicas da classe oprimida como pobreza, opressão, exploração, etc., surge o caráter oprimido, que:

[...] é formado pelo bloqueio do potencial evolutivo ou núcleo de vida que se manifesta através das vivências de vitalidade, sexualidade, afetividade e transcendência, realizado pelas condições psicossociais e econômicas de sobrevivência e reforçado por uma ideologia de submissão e resignação. Não é um caráter neurótico, e sim um caráter alienado. Isso quer dizer que é fruto do subdesenvolvimento e não de uma psicopatologia. Suas manifestações mais características são as expressões de hostilidade e servilismo presentes nas ações do oprimido, no pensar, no sentir e no agir (GÓIS, 2003, p.50).

No entanto, pode-se confiar que, mesmo nessas pessoas em situações extremamente adversas, a tendência atualizante está presente e exerce sua função da maneira que é possível rumo à realização de seu potencial. À sua maneira, tais pessoas se empenham em crescer, apesar das condições difíceis que enfrentam. Muitas vezes, a própria vivência do caráter oprimido ou do modo de vida fatalista – compreendido como uma forma conformista dos grupos e dos indivíduos de lidar com as péssimas condições de existência e com um regime de vida opressor (MARTÍN-BARÓ, 1998) – é um modo psicologicamente mais fácil de lidar com as dores da realidade social (CIDADE, 2012). Por outro lado, esse modo de vida contribui para a perpetuação das condições de opressão.

Maia, Germano e Moura Junior. (2009) apontam que, apesar de a tendência atualizante aparecer como uma bagagem natural do indivíduo, não sendo fruto de aprendizagens, a sua manifestação é atravessada pelas influências contextuais. Conforme Schmid (2013), a tendência atualizante é orientada para o relacionamento e, portanto, para uma construção social que atua no ser humano como um processo de personalização, caracterizada pela liberdade e criatividade. Como pessoas, nós não estamos somente em relações com os outros, nós somos essa relação, o que significa que a vida é a atualização, a realização das possibilidades dadas que precisa de uma "influência" de fora, advinda de outra pessoa e por outro ser humano (SCHMID, 2013). Ademais, Kinget (1977, p.40) ressalva que “o exercício

desta capacidade requer um contexto de relações humanas positivas, favoráveis à conservação e à valorização do ‘eu’, isto é, requer relações desprovidas de ameaça ou de desafio à concepção que o sujeito faz de si mesmo”.

Na Teoria Rogeriana, ainda há uma segunda tese que constitui o alicerce da abordagem: a *tendência formativa* (ROGERS, 1983), presente em todos os níveis no universo, encontrando-se em constante movimento de deterioração e de (re)construção. Conforme o autor, esta tendência pode “[...] ser rastreada e observada no espaço estelar, nos cristais, nos microrganismos, na vida orgânica mais complexa e nos seres humanos. Trata-se de uma tendência evolutiva para uma maior ordem, uma maior complexidade, uma maior inter-relação” (ROGERS; 1983, p.50). Essa tendência se manifesta:

[...] quando criamos um clima psicológico que permite que as pessoas *sejam* — sejam elas clientes, estudantes, trabalhadores ou membros de um grupo — não estamos participando de um evento casual. Estamos descobrindo uma tendência que permeia toda a vida orgânica — uma tendência para se tornar toda a complexidade de que o organismo é capaz (ROGERS; 1983, p. 50).

Na realização deste estudo, observou-se que o conceito de tendência formativa não aparece dentro da Psicologia Comunitária Cearense. No entanto, resguardando as devidas especificidades de cada concepção, este conceito parece se relacionar com o *Princípio Biocêntrico* de Rolando Toró. Conforme Góis (2008) e Pinho *et al.* (2009), por meio do Princípio Biocêntrico acredita-se que tudo o que existe se organiza em função da vida, o universo como um todo e cada uma de suas partes, desde partículas, florestas e rios a emoções, atitudes e pensamentos etc. Ou seja, concebe-se que tudo o que existe no mundo se configura como um único e complexo sistema vivo.

Nesta perspectiva, Góis (2008, p.97) afirma que “cada morador tem vocação biocêntrica e ontológica de ser livre e ser sujeito, há nele um potencial de vida e de capacidade de fazer florescer o valor pessoal e o poder pessoal, sua condição de ser vivo e sujeito de si e da comunidade”. Consoante com o autor, pode-se também compreender que cada morador tem uma tendência atualizante e uma formativa orientada para o seu desenvolvimento como ser único e autônomo; e para o seu desenvolvimento como pessoa pertencente à vida comunitária, ao universo e à Vida como um todo. Destarte, ressalta-se que tanto a tendência atualizante, como a tendência formativa se aproximam do que foi observado por Góis (2008, p.89) em suas experiências na comunidade:

[...] a existência do potencial comunitário na relação entre os moradores, um

fermento presente no terreno das interações sociais de proximidade e convívio precisando ser facilitado em seu cotidiano, no sentido da construção do conhecimento crítico, do desenvolvimento humano, da mudança social positiva e do cuidado ambiental.

Para possibilitar que o morador da comunidade expresse seu potencial em direção ao desenvolvimento, a Psicologia Comunitária Cearense fundamenta-se nas condições facilitadoras propostas por Rogers. Tais condições proporcionam um clima no qual o indivíduo é capaz de experienciar, em segurança, diversos sentimentos, pensamentos, relações entre seu modo de vida e as condições sociais, etc., que possibilitam sua reorganização como pessoa.

3 RESULTADOS E DISCUSÕES

3.1 O fluido “amniótico psicológico” na práxis da Psicologia Comunitária Cearense

Rogers (2009) afirma ter percebido não ser possível oferecer uma ajuda efetiva por meio de procedimentos e técnicas puramente intelectuais e de treinamento. O fracasso que experimentou, ao fazer uso de abordagens através do intelecto, levou-o a reconhecer que a mudança surge por meio da experiência em uma relação. Se certo tipo de relação for proporcionada, a pessoa descobrirá dentro de si a capacidade de utilizar essa relação para mudar e se desenvolver, e o crescimento pessoal decorrerá disso (ROGERS, 2009). Desse modo, Rogers (1983) acredita que o organismo busca a sua própria realização, sendo esta potencializada quando é proporcionada ao indivíduo uma relação permeada por um fluido *amniótico psicológico*.

Neste fluído, há três condições necessárias e suficientes, possíveis em qualquer contexto, que objetivam o desenvolvimento do indivíduo, como congruência ou autenticidade, aceitação incondicional positiva e compreensão empática (ROGERS, 1983, 1989, 1994, 2009; ROGERS, KINGET, 1977). A autenticidade ou congruência é o estado de acordo que existe entre a experiência e sua representação na consciência do indivíduo considerado “normal”; ou seja, quanto melhor o indivíduo se compreende, mais próximo ele está de atingir o acordo interno e representá-lo através de suas atitudes.

Na congruência, a pessoa vivencia abertamente seus sentimentos e atitudes que estão fluindo de dentro dela naquele momento. Dentro de uma concepção política interpessoal, a congruência dá um máximo de espaço para o ser (tanto do cliente quanto do terapeuta)

(ROGERS, 1989). Ainda, “não há indício de qualquer espécie de controle sobre a resposta do cliente quanto a seu modo de ser. Pelo contrário, descobrindo que a terapeuta³ está se permitindo ser como ela é, a cliente tende a descobrir a mesma liberdade” (ROGERS, 1989, p.19).

A segunda condição, aceitação incondicional, envolve a disponibilidade da terapeuta em permitir que o cliente vivencie qualquer sentimento. Em relação a uma política interpessoal, observa-se que, por meio da aceitação, não há julgamento ou avaliação, o poder da sua própria vida é deixado nas mãos do sujeito (ROGERS, 1989).

Por fim, tem-se a compreensão empática. Por meio dela, a terapeuta busca compreender e experienciar os sentimentos comunicados pela cliente, sempre respeitando a particularidade “como se”. Dessa forma, ajuda-se a cliente a obter compreensão mais clara de seu próprio mundo, proporcionando um maior controle sobre ela e sobre o próprio comportamento. Sob o ponto de vista político, Rogers (1989) afirma que, ao ouvir os sentimentos internos, a cliente reduz o poder que os outros tiveram de inculcar-lhe culpas, medos e inibições e está lentamente estendendo a compreensão e o controle sobre si mesma.

Novamente, destaca-se a possibilidade de promover esse fluido amniótico psicológico em qualquer relação humana (ROGERS, 1977). Nesse sentido, se uma relação de autenticidade, aceitação e empatia, em qualquer contexto, o outro indivíduo na relação experienciará e compreenderá mais sobre aspectos de sua vida, será mais ativo, autônomo, autoconfiante e, conseqüentemente, conseguirá lidar com seus problemas de modo mais cômico (ROGERS, 2009)

A promoção desse fluido amniótico psicológico, ou seja, dessas condições sócio psicológicas, é de fundamental importância no processo de facilitação do desenvolvimento da consciência crítica dos moradores da comunidade. Conforme Góis (2003) e Ximenes e Góis (2011), por meio dessas condições, pode-se proporcionar a expressão do valor pessoal e do poder pessoal de cada morador da comunidade, que são expressões da própria identidade do indivíduo, e que se formam e se restauram a partir das relações sociais estabelecidas.

Conforme Góis (2003, p.41), o *valor pessoal* é um “sentimento de valor intrínseco que se manifesta quando a pessoa entra em contato com seu núcleo de vida”, uma tendência natural para a realização. A partir dele, o indivíduo se sente capaz de viver, gostar de si mesmo, acreditar na sua capacidade de conviver e realizar trabalho. O *poder pessoal* diz

³ Rogers escreve os capítulos do livro Sobre o Poder Pessoal, alternando todas as referências aos membros da nossa espécie entre o feminino e o masculino, como forma de contribuir com a luta pela igualdade entre os gêneros.

respeito à capacidade que o indivíduo tem de influir na construção de relações saudáveis com as pessoas e com a realidade à qual pertence. Por meio dele, o indivíduo busca o crescimento de si e dos demais, e a transformação da realidade a favor de seu desenvolvimento e de toda a comunidade. Por meio desse valor e poder,

[...] ocorre um processo de desabrochar uma nova percepção sobre si mesmo, que aprofunda positivamente suas relações na família e na vizinhança, que o leva a participar ativamente da organização de seu bairro e das comissões reivindicatórias e políticas, valorizando a participação comunitária e a política como instrumento de cidadania e de desenvolvimento comunitário (GÓIS, 2008, p.97).

Ximenes e Góis (2011) ressaltam que essas noções são bloqueadas pelas forças dominantes da ideologia de submissão e de resignação, em que o psiquismo é forjado na busca constante pela sobrevivência. Por trás do indivíduo fragilizado, observam-se questões que geram e mantêm essa situação de opressão e aniquilamento (GÓIS, 2008), fazendo com que o indivíduo da comunidade se expresse por meio do servilismo, da hostilidade, da agressão, etc. Para a Teoria Rogeriana, essas forças opressoras podem funcionar como relações condicionadas que impõe *condições de valia*⁴, criando padrões (pessoais, sociais, econômicos, culturais, etc.) a serem atingidos pelas pessoas. Ao experienciar essas condições de valia, os indivíduos oprimidos entram em estados de sofrimento, sentindo vergonha de si mesmos, generalizando para si a forma como são tratados em relações hierarquizadas.

Quando o fluído amniótico é proporcionado, o indivíduo passa a expressar suas atitudes de formas intensas e motivadoras; explora suas próprias atitudes, demonstrando uma maior apreensão consciente de seus atos; e age com iniciativa e responsabilidade. Rogers (2009) compreende o movimento do indivíduo rumo à transformação e à potencialização do eu como um contínuo processo que emerge quando uma atmosfera de aceitação e empatia está presente. A pessoa não se move de um ponto fixo, uma homeostase, para um novo ponto fixo. Sua mudança ocorre no sentido de um estado de maior fixidez para um de maior mobilidade, da estrutura rígida para o fluxo. Como afirma Rogers (2009, p. 181), “o indivíduo modificou-se, mas o que parece ser mais significativo é o fato de ele ter se tornado um processo integrado de transformação”.

⁴ São condicionalidades que fazem com que a pessoa passe a idealizar a sua forma de ser e a distorcer suas percepções, suas experiências e a sua consciência, criando uma discrepância entre a sua imagem real e uma imagem ideal. As condições de valia representam um obstáculo à tendência atualizante do indivíduo, pois distorcem as experiências que não são condizentes com as condicionalidades impostas à autoimagem que a pessoa criou de si. Assim, o indivíduo passa a agir conforme um padrão criado em decorrência da necessidade de afeto e valorização que advém das relações com as demais pessoas e com a cultura (ROGERS; KINGET, 1977; ROGERS, 1992, 2009).

Este processo de compreensão e transformação de si e da realidade pode ser relacionado, também, com os tipos de consciência teorizados por Paulo Freire, a saber, semi-intransitiva, transitiva ingênua e transitiva crítica (FREIRE, 1980). Essas formas de conceber a consciência e seu processo de transformação foram apropriadas pela Psicologia Comunitária Cearense (XIMENES; GÓIS, 2011; GÓIS, 2005).

Na consciência semi-intransitiva, o indivíduo apreende a realidade de um modo quase vegetativo. Neste ponto, a realidade é compreendida de maneira cristalizada e terminada. Os processos do mundo teriam a sua responsabilidade atribuída a uma instância superior. A consciência ganha um caráter estático, rígido, tendo em vista que o mundo não se coloca como um problema para ela, mas como um dado. A transitividade ingênua é caracterizada pela simplicidade na interpretação dos problemas. Nela, o indivíduo julga o passado como melhor que o presente, subestima o homem, apresenta um gosto acentuado pelas explicações fabulosas, há fragilidade na argumentação, dentre outras características. Essa consciência transitiva ingênua propicia condições para que seja implantado qualquer tipo de tirania contra os seres humanos. Por fim, a consciência transitiva-crítica se caracteriza pela profundidade na interpretação dos problemas, substituindo as explicações mágicas por princípios causais. O indivíduo procura testar os “achados” e se dispõe sempre a revisões, despindo-se de preconceitos na análise dos problemas e na sua apreensão, a fim de evitar deformações. Por meio dessa consciência, o indivíduo apresenta-se de forma ativa, questionadora, marcada pelo diálogo e não pela polêmica (FREIRE, 1980).

É no sentido de transformação da consciência, de um polo rígido para um de maior flexibilidade, que se busca o desenvolvimento do sujeito da comunidade. A este respeito, Góis (2008, p.96) aponta que:

[...] o que distingue o sujeito da comunidade do indivíduo submisso e dependente que ali vive é que o primeiro tem uma consciência transitiva que lhe permite melhor compreender o modo de vida de sua comunidade e de si mesmo, além de reconhecer seu valor e poder para desenvolvê-la e desenvolver-se como sujeito comunitário. Rompe ele, cada vez mais, com a ideologia de submissão e resignação, a identidade de oprimido e explorado e a cultura da pobreza, construídas por séculos de opressão e exploração. Diante das relações de dominação não se entrega e busca estimular os demais moradores a superarem suas vidas oprimidas. Por outro lado, o indivíduo submisso e dependente é o que tem uma consciência parcial da realidade, alienada, vive por meio da dependência e submissão às forças externas (naturais e sociais), sem entender-se e sentir-se capaz de realizar mudanças pessoais e coletivas no sentido de autonomia de si mesmo e de sua comunidade. Não se reconhece capaz, tornou-se indivíduo-objeto, mercadoria eleitoral e, muitas vezes, mercadoria religiosa.

Aqui, deve-se também ressaltar a importância das condições facilitadoras,

principalmente da compreensão empática e da aceitação incondicional, em relação à possibilidade que elas oferecem de olhar para o sujeito submisso e dependente não com julgamentos, com desaprovação, classificando-o estaticamente como um ser “mau”, “subdesenvolvido”, “alienado”, etc. Ao contrário, as condições facilitadoras possibilitam que o potencial que está dentro desse indivíduo possa se expressar – mesmo que inicialmente seja caracterizado por raiva, medo, mágoas, etc. – de modo que sua consciência possa transitar, saindo de um ponto fixo e rígido para um mais fluido e flexível.

3.2 Contribuições da Teoria Rogeriana para atividades grupais da Psicologia Comunitária

Além dos conceitos abordados anteriormente, que enriquecem o marco teórico da Psicologia Comunitária, as contribuições da Teoria Rogeriana serviram para estruturar estratégias metodológicas para a facilitação grupais do desenvolvimento do sujeito comunitário. Conforme Góis (2003), os modelos de Grupos de Encontro de Rogers (1994) – juntamente com a concepção de vivência de Rolando Toro e o modelo de Círculo de Cultura de Paulo Freire – também o inspiraram a desenvolver os Círculos de Encontro (2003), cuja proposta é a de trabalhar as condições psicossociais e a transformação delas por meio do próprio grupo, sejam essas condições individuais ou coletivas. Deste, nessa proposta de grupo são trabalhadas as forças interacionais internas dos membros, e as forças interacionais externas, com o meio socioeconômico e político. Mais, tarde, em decorrência das demandas que surgiam dos moradores da comunidade, os grupos passaram também a englobar outras características da Teoria Rogeriana, fazendo surgir, assim, a proposta da Terapia pelo Encontro (GÓIS, 212). Neste sentido, os tópicos adiante demarcam as contribuições das concepções de grupos rogerianas dentro do Círculo de Encontro, da Terapia pelo encontro e no papel do facilitador.

3.3 Círculo de Encontro

O grupo popular é básico no trabalho comunitário, sendo um dos principais espaços para integração e transformação do indivíduo. Nele, são desenvolvidos diversos tipos de atividades comunitárias com o intuito de fomentar o desenvolvimento dos potenciais humanos e o desenvolvimento saudável da vida comunitária (GÓIS, 2008). Neste contexto, a proposta de Círculos de Encontro (GÓIS, 2008) surgiu em 1982 como um grupo popular, com o

objetivo de facilitar o processo de conscientização (FREIRE, 1980). Com o tempo, percebeu-se que, para a realização de tal processo, era necessário que outros aspectos fossem incluídos na forma, como o grupo era facilitado (GÓIS, 2013), como as contribuições dos modelos de Grupos de Encontro de Rogers (1994), juntamente com a concepção de vivência de Rolando Toro.

Para Góis (2012), a importância do Círculo de Encontro estava na compreensão de que a conscientização era um processo cognoscitivo-afetivo, um processo que integrava o reflexivo, o dialógico e o vivencial. Desse modo, acredita-se que os grupos populares criam condições que permitem que as pessoas sejam importantes e felizes, repercutindo na forma como elas lidam com os problemas da vida (PINHO, 2014).

Devido ao grande espaço que se tem dado para os indivíduos expressarem seus sofrimentos existenciais, Góis (2012) afirma que o círculo de encontro está se transformando em uma prática clínica, porém com os elementos originários da Psicologia Comunitária Cearense. Neste mesmo sentido, Pinho (2010, 2014) percebeu em seus estudos, por meio do movimento dos membros dos grupos populares que facilitou, que as pessoas mais demonstravam a necessidade de discutir sobre seus problemas existenciais, as suas dificuldades e dores do dia a dia do que tinham interesse em abordar seus deveres e direitos. Diante dessa transformação, Góis (2012) apresenta a Terapia pelo Encontro como uma proposta de grupo capaz de abarcar tanto os processos existenciais das pessoas como as questões sociopolíticas.

3.4 Terapia pelo Encontro

A Terapia pelo Encontro surgiu do modelo de Círculo de Encontro (GÓIS, 2012). Conforme o autor, a maior preocupação desse modelo de grupo é lidar com o sofrimento do morador da comunidade. Assim, enquanto o Círculo de Encontro visa à conscientização e à ação comunitária, a Terapia pelo Encontro, além disso, busca facilitar a superação do sofrimento dos moradores, por meio da expressão da potência de vida do morador (GÓIS, 2012). Na perspectiva Clínico-Comunitária,

[...] a terapia pelo encontro é uma terapia popular e comunitária, uma prática clínica que inclui a prevenção em saúde mental e a atividade comunitária. Está voltada para a superação do sofrimento e a expressão da potência de vida, do valor pessoal e do poder pessoal, bem como para a transformação do “ser pobre” em ser sujeito da própria vida (GÓIS, 2012, p.155).

Nessa terapia, aspectos importantes do Círculo de Encontro permanecem, tais como a conversa existencial, o diálogo problematizador e a vivência. Góis (2012) afirma que nessa dinâmica grupal, há incentivos para que o morador da comunidade saia de sua situação individual para a situação de outro morador da comunidade, que esteja no grupo, ou de todo o grupo, de forma interativa, acolhedora e expressiva.

3.5 Facilitador

O termo facilitador de grupos, para Góis (2008), mostra, de modo mais claro, que a função do agente externo é de tornar o processo grupal mais fácil, a fim de gerar apoio mútuo, cooperação e integração, e gerar convivência afetiva e democrática. O autor aponta que o facilitador não atua como um catalisador, pois também passa por mudanças durante o processo grupal, sendo, pois, a sua função a de entrar no fluxo do grupo e de cada participante, facilitando-os positivamente, ora estimulando e apoiando ora frustrando com firmeza e ternura (GÓIS, 2008). Rogers (1983) nos sugere que cabe ao facilitador permitir, sempre que possível, a expressão plena e livre das tendências individuais que, neste clima permissivo, se concretizarão em recursos de ajuda mútua para o crescimento.

Para Góis (2008, 2012), o facilitador colabora com o crescimento das pessoas valendo-se de teorias, técnicas, procedimentos e de sua própria condição pessoal. Neste sentido, Góis apresenta algumas características necessárias a um facilitador de grupos, tais como: inserção na comunidade, coerência existencial, potência pessoal, capacidade de vínculo, conhecimento científico e técnico, manejo democrático do grupo, capacidade de apoiar e dar limites, fluidez verbal e didática.

O facilitador deve ter conhecimento da situação específica, seja qualificado e tenha consciência da condição de vida de morador participante do grupo (GÓIS, 2008, 2012). Ademais, a função do facilitador deve partir daquilo que o grupo, em sua vivência comunitária, leva para o encontro: suas mágoas, dores, preocupações, alegrias, esperanças, e, principalmente, o seu olhar e compreensão de como é a sua vivência na comunidade.

No decorrer do processo grupal, muitos membros apresentam ter em si a capacidade natural e espontânea para auxiliar os outros membros no processo terapêutico de grupo, por meio de um modo sutil, simples e terapêutico (ROGERS, 1994). No fim do processo, cada participante, ao entrar em contato consigo mesmo, torna-se também um facilitador. Em seus estudos com grupos, Rogers (1994, p.53) já salientava que “Se se observar um membro dum

grupo, que está sendo ele próprio, ver-se-á que por vezes exprime sentimentos, atitudes e pensamentos dirigidos principalmente para a facilitação do crescimento de outro membro”.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho abordou algumas das principais contribuições da Teoria Rogeriana para a práxis da Psicologia Comunitária, em especial a desenvolvida em contexto Cearense, por esta, abertamente, utilizar-se do pressuposto rogerianos e afirmar a positividade das contribuições. Mesmo diante das críticas ao pensamento de Rogers, Góis enxergou a potencialidade da abordagem no âmbito comunitário, ao possibilitar a compreensão de que cada ser tem em si um potencial ao desenvolvimento, sendo capaz de se desenvolver em direção ao crescimento pessoal e coletivo de modo ativo e autônomo.

Neste sentido, compreende-se que, ao emprestar à Psicologia Comunitária pressupostos básicos, a Teoria Rogeriana se atualiza, direcionando-se para um fazer social comprometido - respondendo, inclusive, às críticas de não ser politicamente orientada para às problemáticas sociais. Do mesmo modo, a Psicologia Comunitária se fortalece, tanto no que diz respeito ao desenvolvimento de práticas coerentes com aquilo que acredita, como também no que tange à consistência de seus marcos teóricos-metodológicos.

Acredita-se que as repercussões das práxis desenvolvidas pela Psicologia Comunitária com suporte da Teoria Rogeriana possibilitam o despertar da autonomia do indivíduo, estimulando a coletividade em prol dos desenvolvimentos dos demais da comunidade. Este caminho apresenta pedras, espinhos e tantos outros obstáculos a serem enfrentados; no entanto, é preciso acreditar que é possível a superação dos mesmos. Afinal, uma prática transformadora não se constitui do que já está posto como imutável, mas a partir da perspectiva de que há um horizonte de emancipação possível de ser alcançado.

REFERÊNCIAS

BRANCO, P. C. C; CAVALCANTE JUNIOR, F. S; OLIVEIRA, H. T. M. Da experiência à experienciãono pragmatismo em Rogers: implicações para a tendência formativa na ACP. In: CAVALCANTE JUNIOR, Francisco Silva; SOUZA, André Feitosa. (ORGS). **Humanismo de funcionamento pleno**: tendência formativa na abordagem centrada na pessoa. Campinas, SP: Editora Alínea, 2008. Cap.7, p.117-144.

CAVALCANTE JUNIOR, F. S. Psicologia Humanista Experiencial. In: CAVALCANTE JUNIOR, Francisco Silva; SOUZA, André Feitosa. (ORGS). **Humanismo de funcionamento pleno**: tendência formativa na abordagem centrada na pessoa. Campinas, SP: Editora Alínea,

2008. Cap.1, p.21-44.

CIDADE, E. C. **Juventude em Condições de Pobreza: modos de vida e fatalismo.** 2012. 163f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, 2012.

FREIRE, P. **Conscientização: teoria e prática da libertação – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire.** São Paulo: Moraes, 1980.

GÓIS, C. W. L. **Noções de Psicologia Comunitária.** Fortaleza: Edições UFC, 1993.

GÓIS, C. W. L. **Psicologia Comunitária no Ceará: uma caminhada.** Fortaleza: Instituto Paulo Freire, 2003.

GÓIS, C. W. L. **Psicologia comunitária: Atividade e Consciência.** Fortaleza: Publicações Instituto Paulo Freire de Estudos Psicossociais, 2005.

GÓIS, C. W. L. **Saúde Comunitária - pensar e fazer.** São Paulo: Editora Hucitec, 2008.

GÓIS, C. W. L. **Psicologia Clínico-Comunitário.** Fortaleza: Banco do Nordeste, 2012.

KINGET, G. M. Uma colocação sobre o assunto. In: ROGERS, Carl Ramson; KINGET, G. Marian. **Psicoterapia e relações humanas.** Belo Horizonte: Interlivros, 1977. Cap.1, p.23-38.

MAIA, C. M.; GERMANO, I. M. P; MOURA JUNIOR, J. F. Um diálogo sobre o conceito de self entre a abordagem centrada na pessoa e a psicologia narrativa. **Revista do Nufen -**, v. 01, n. 02, p.33-54, 2009.

MARTÍN-BARÓ, I. **Psicología de la Liberación.** Madrid: Editorial Trota, 1998.

MORIN, E; CIURANA, E. R; MOTTA, R. D. **Educar na era planetária – O pensamento complexo como método de aprendizagem pelo erro e incerteza humana.** São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2003.

O'HARA, M. M. Psicoterapia Centrada na Pessoa: tecnologia da mudança ou busca de conhecimento. In: ROGERS, Carl Ransom; WOOD, John Keith.; O'HARA, Maureen Miller.; FONSECA, Afonso Holanda Lisboa. **Em busca de vida: da terapia centrada no cliente à abordagem centrada na pessoa.** São Paulo: Summus, 1983. Cap, 4, p.95-134.

O'HARA, M. M. - **Person-Centered Approach as Conscientização: The Works of Carl Rogers and Paulo Freire.** La Jolla, 1982.

PINHO, A. M. M, *et al.* Psicologia Comunitária e Biodança: contribuições da categoria vivência. **Aletheia**, Dez 2009, n.30, p.27-38, 2009.

PINHO, A. M. M. O horizonte da categoria vivência na atuação comunitária. In: MENESES, Ana Luiza Teixeira de; PINHO, Ana Maria Melo de. **Arte e vivência: libertação do feminino em situação de pobreza.** Curitiba: Editora CRV, 2014.

ROGERS, C. R. **Um jeito de ser.** São Paulo: EPU, 1983.

ROGERS, C. R. **Tornar-se Pessoa**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

ROGERS, C. R. **Grupos de Encontro**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

ROGERS, C. R. **Sobre o Poder Pessoal**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

ROGERS, C. R. **Terapia centrada no cliente**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

ROGERS, C. R; KINGET, G. M. **Psicoterapia e relações humanas**. Belo Horizonte: Interlivros, 1977.

ROGERS, C. R; ROSENBERG, R. **A pessoa como centro**. São Paulo: EPU, 1977.

ROGERS, C. R. Em retrospecto, quarenta e seis anos. In: ROGERS, Carl Ramson; ROSENBERG, Rachel. **A pessoa como centro**. São Paulo: EPU, 1977. Cap, 1, p.29-46.

ROSENBERG, R. Introdução. In: In: ROGERS, Carl Ramson; ROSENBERG, Rachel. **A pessoa como centro**. São Paulo: EPU, 1977. p.1-28.

SCHMID, P. F. A Practice of Social Ethics: Anthropological, Epistemological, and Ethical Foundations of the Person-Centered Approach. In: CORNELIUS-WHITE, Jeffrey H. D.; MOTSCHNIG-PITRIK, Renate; LUX, Michael. **Interdisciplinary Handbook of the Person-Centered Approach: Research and Theory**. New York: Springer, 2013. p.353-365, 2013.

VIEIRA, E. M.; XIMENES, V. M. Reflexões sobre possíveis contribuições de Carl Rogers para a psicologia comunitária. In: Adelma Pimentel; Vitor Franco. (Org.). **Diálogos dentro da Psicologia: contributos da investigação luso-brasileira em psicologia social, clínica e educacional**. 1ed.Évora: Edições Aloendro, 2011, v, p. 301-310.

XIMENES, V. M; GÓIS, C. W. L. Psicologia Comunitária: uma práxis libertadora latino-americana. In: LACERDA JUNIOR, Fernando; GUZZO, Raquel de Souza Lobo (orgs.). *Psicologia & Sociedade: interfaces no debate sobre a questão social*. Campinas: Alínea, 2011.

Como Referenciar este Artigo, conforme ABNT:

Pacheco, F. P; Maia, C. M; Bomfim, Z. A. C. Contribuições da Psicologia Rogeriana para a Psicologia Comunitária. **Rev. FSA**, Teresina, v.14, n.5, art. 11, p. 208-228, set./out. 2017.

Contribuição dos Autores	F. P. Pacheco	C. M. Maia	Z. A. C. Bomfim
1) concepção e planejamento.	X		
2) análise e interpretação dos dados.	X	X	
3) elaboração do rascunho ou na revisão crítica do conteúdo.	X	X	X
4) participação na aprovação da versão final do manuscrito.	X	X	X